



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL

COMITÊ GESTOR INTERMINISTERIAL DO PROGRAMA NACIONAL DE REDUÇÃO DE AGROTÓXICOS

ATA DA 3^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO PRONARA

Data: 06 de novembro de 2025

Local: Auditório do Centro de Capacitação e Desenvolvimento da PR - CECAD - Via N2, Brasília-DF.

Lista de Presença/Membros CG Pronara:

- SG-PR - Secretaria-Geral da Presidência da República: Patricia Dias Tavares e Marcelo Fragozo dos Santos.
- Casa Civil: José Germano Batista Rodrigues.
- MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária: Edilene Cambraia Soares (online), José Victor Torres Alves Costa (online).
- MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: Rogério Vilela Borges de Andrade Franco; Joedison dos Santos Rocha.
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: Eduardo Guatimosim, Marcella Alves Teixeira (online).
- MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome: Naiara Andreoli Bittencourt, Laila Simaan (online).
- MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima: Daniel Peter Beniamino.
- MS – Ministério da Saúde: Lidiane Silva Dutra; Lucimara Beserra.
- ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária: Arthur de Souza Prado Junqueira Reis, Maria Augusta Carvalho Rodrigues.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: Mariane Carvalho Vidal, Fabiana Abreu de Rezende (online).
- FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz: Luiz Cláudio Meirelles (online).
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais: Marília de Paula Porto.

Outras Presenças: Raylenne da S. Adauto (MCTI); Priscila Carvalho Leão (MDHC - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania); Thais Ponciano Bittencourt (CNAPO/SG-PR); Cristiano Cesar de Oliveira Passos (CNAPO/SG-PR).

I – ABERTURA DA 3^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CG PRONARA

A abertura da reunião foi realizada pela representante da Secretaria Geral da Presidência da República, Patricia Dias Tavares, que coordenou os trabalhos do dia.

II – INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS

Para a instalação dos trabalhos foi observada o quórum e apresentada a pauta da reunião, não havendo divergência ou pedidos de inclusão, a reunião foi iniciada.

III – ORDEM DO DIA

- Aprovação da ata da 2ª reunião ordinária (23/10/2025);
- Composição do Comitê de Assessoramento
- Matriz de Iniciativas

IV – ASSUNTOS DE ORDEM GERAL

Informes:

1) Relato da reunião realizada dia 24/10/2025 com representantes da Secretaria–Geral da Presidência da República - SG-PR, Ministério dos Povos Indígenas - MPI, Ministério da Saúde - MS, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo (CNEVC/MDA), e Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) para tratar das denúncias apresentadas via Nota Técnica SEI nº 657/2025/MPI, com ao assunto: Exposição de comunidades Guarani e Kaiowá a agrotóxicos. Foi lembrado que o Governo Federal enviou uma Missão ao Estado Mato Grosso do Sul (MS) para verificar a situação dos Guarani e Kaiowá; e que há denúncias de pulverização aérea junto a outras etnias e comunidades tradicionais em outras regiões do país. Reconhece-se que há ausência de legislação federal e estadual sobre o tema. Sugeriu-se solicitar uma Nota Técnica do MPI sobre a situação em todo o território nacional para o Comitê Gestor analisar e encaminhar para outros órgãos responsáveis pela agenda. Foi destacado que está sendo revisado o Decreto de 1969 que trata do tema da aviação agrícola, e que estão participando das discussões os partícipes da lei em vigor, e que esse processo já chegou na Casa Civil da Presidência da República, com isso foi solicitado que seja formalizado um pedido de informações junto ao MAPA enquanto Comitê Gestor Interministerial do PRONARA. A representante do MDHC, presente, lembrou que ontem (dia 05/11/20225) foi instituído o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (via Decreto nº 12.710/2025), um instrumento importante que também guarda relação com o tema da violação de direitos dos povos indígenas.

Pauta:

- 1) Aprovação da ata da 2ª reunião.

2) Comitê de Assessoramento: Para a composição do Comitê de Assessoramento foram recebidas contribuições do MAPA, MCTI e MDS. Foi destacada a necessidade de incluir também associações estaduais como o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde e a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – CODEMAT do Ministério Público do Trabalho - MPT. O MMA sugeriu incluir também o Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH. Foi lembrada a necessidade de ajustarmos a redação da Resolução conforme a Portaria SG-PR nº 199/2025. Foram então levantadas questões que precisariam ser definidas como: quem coordenará o Comitê de Assessoramento, qual será o quórum, quem convoca e como convoca as reuniões, por exemplo. Foi então apontado que a SG-PR coordena o CGI e por extensão também o Comitê de Assessoramento. Foi ainda questionado se o Comitê de Assessoramento pode também provocar o Comitê Gestor numa via de mão dupla. Encaminhou-se designar os membros do Comitê de Assessoramento e posteriormente definir o seu regramento para não travar o início dos trabalhos. Foi sugerido que caso necessário seria convocada uma reunião extraordinária só com esse ponto de pauta. Foi consensual a composição do Comitê de Assessoramento com a participação de representantes das seguintes organizações da sociedade civil, órgãos colegiados de participação social, órgãos e entidades:

1. Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO;
2. Conselho Nacional de Saúde - CNS;
3. Grupo da Terra;
4. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF;
5. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA;
6. Comissão Nacional de Segurança Química - CONASQ;
7. Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT;
8. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;
9. Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária - FONESA;
10. Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde - CONASS;
11. Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA;
12. Conselho de Secretários Estaduais de Agricultura - CONSEAGRI;
13. Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida;
14. Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos/MPF;
15. Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho - CODEMAT/MPT;
16. Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH.

3) Matriz de Iniciativas (priorização): Foi apresentada a planilha enviada e as fórmulas utilizadas para a priorização das iniciativas em ordem de importância (baixa, média e alta). MCTI Sugeriu que, além de considerar as pontuações da planilha de priorização de iniciativas, cada órgão elenque seus objetivos já pactuados internamente em relação ao Pronara. ANVISA sugeriu que quem estiver preenchendo a planilha pontue também quais foram os critérios que justificaram as iniciativas “não priorizadas”, para que seja feita uma devolutiva interna aos órgãos. A EMBRAPA afirmou que inicialmente não propôs novas iniciativas, olhou para o

que já estava colocado e indicou as que poderiam ser apoiadas por ela. A Embrapa informou ainda que criou um Grupo de Trabalho específico para o PRONARA (na Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento). O MDA sugeriu rodadas de entendimento para termos um Plano de Ação com iniciativas em todos os Eixos do PRONARA. E uma segunda rodada para debater o que está presente e o que está ausente e quantas iniciativas por eixos serão priorizadas. Foi colocado que o Comitê de Assessoramento precisa dialogar com as prioridades para a sociedade civil, ou se as iniciativas que estão sendo priorizadas estão em diálogo com o que a sociedade espera do PRONARA. O MDS propôs que sejam inicialmente priorizadas 30 iniciativas, sendo 5 de cada eixo proposto, num esforço para juntar e melhorar a redação de algumas, verificando sempre qual será a entrega da iniciativa e qual é o seu indicador. Propôs também um retorno à primeira versão do PRONARA, para que os ministérios indiquem o que ficou de fora e os motivos. A SG-PR propôs um cronograma para o encaminhamento dos trabalhos relacionados às iniciativas: até o dia 11/11/2025 para priorizar as iniciativas. Entre os dias 18 a 21/11/2025 será feita uma checagem bilateral para, até o final de novembro, ter uma primeira versão consolidada. Complementarmente o Comitê coletará sugestões de indicadores, com o objetivo de estabelecer uma linha de base e monitorar não apenas as ações do PRONARA, mas também aquelas em andamento pelos órgãos responsáveis e que dialogam com os objetivos do Programa. Para a construção e definição dos indicadores, foi sugerida a realização de uma oficina, um momento de imersão para se debruçar sobre essa questão. Nesse sentido, EMBRAPA informou que irá apresentar uma proposta técnica, com medidas possíveis nos sistemas produtivos para alcançarmos uma redução no uso de agrotóxicos. Foi considerado que muitas questões passam por financiamento e é importante criar estratégias que os órgãos possam alocar recursos no que está sendo priorizado por este Comitê. Nesse sentido, encaminhou-se a realização de reunião bilateral com o Ministério da Fazenda, com participação da Receita Federal. Outro ponto se refere às entregas, quais seriam entregas robustas para 2026, especialmente para a sociedade civil, e o que tem mais destaque é a questão do banimento dos agrotóxicos banidos na Europa. Para colaborar com esse ponto, foi mencionado o Parecer Técnico nº 02/2025 assinado por Sonia Corina Hess e Leonardo Melgarejo, que será circulado entre os membros do CGI. Outro ponto de destaque para o grupo acompanhar é a discussão sobre a ação de constitucionalidade sobre a Lei de Agrotóxicos no Supremo Tribunal Federal, e que é necessária outra reunião bilateral com a Advocacia Geral da União. Por fim foi sugerido que o governo federal precisa ter uma equipe emergencial e um protocolo para acompanhamento de casos coletivos de violações, a exemplo do caso recente junto aos povos indígenas do Mato Grosso do Sul; e que o Comitê precisa se comunicar com a sociedade, sugerindo boletins ou comunicados semestrais direcionados para o público em geral.

Encaminhamentos:

- Consolidar e encaminhar uma planilha com as iniciativas do MCTI (que chegaram depois) para quem já priorizou na planilha anteriormente enviada.
- Compartilhar uma primeira proposta de indicadores para definir se precisaremos de um momento específico sobre o tema.
- Fazer uma bilateral com o Ministério Fazenda e Receita Federal sobre a tributação.
- Questão das violações de direitos dos povos indígenas: pedir uma Nota Técnica para o MPI com a situação da contaminação por agrotóxicos com informações de todo o território nacional.
- Reunião com a AGU.
- Carta recomendação para o MPO.
- Devolutiva para a sociedade civil (explicando o percurso até aqui), na instalação do Comitê de Assessoramento.
- Solicitar convite para participar do Congresso da ABRASCO, em dezembro, em Brasília-DF, para divulgar o PRONARA.
- SG-PR iniciar consulta às organizações indicadas, no intuito de saber se elas têm interesse em participar do Comitê de Assessoramento e, caso sim, já orientar sobre o procedimento para indicação de representantes titular e suplente.

Cronograma síntese:

- Até dia 11/11: Prazo final para priorização de iniciativas na Matriz
- De 11 a 14/11: O Grupo metodológico (ANVISA, MDS e SG-PR) consolida e faz o ranqueamento.
- De 17 a 21/11: Realização de reuniões bilaterais de diálogo com os ministérios: iniciativas, responsabilidades, compartilhamentos, dentre outros. (MF + Receita, AGU, demais)
- De 24 a 28/11: Consolidação das 30 iniciativas prioritárias, aproximadamente, considerando 5 iniciativas por eixo e as entendidas como prioritárias pelos órgãos, com análise das que representam uma boa entrega de governo.
- 04/12: Próxima reunião presencial do CG Pronara, com possibilidade de convocação de reunião virtual até esta data.
- Compartilhamento dos indicadores elaborados com o grupo para, de acordo com as devolutivas, se debruçar mais especificamente.
- Entre 28/11 e 03/12/2025 – 14º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Congresso da Abrasco), em Brasília.

V – ENCERRAMENTO

Após os encaminhados, os trabalhos foram encerrados, com a previsão da próxima reunião para o dia 04 de dezembro de 2025.

Brasília, 06 de novembro de 2025.